



INFORMATIVO

O TUIUTI



ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

470 anos do 2º Governo Geral do Brasil com Duarte da Costa - 460 anos do Armistício de Iperoigüe - 400 anos do início da penetração de Bento Parente, Pedro Teixeira e Luis Aranha pelo rio Amazonas e fundação dos fortes de Desterro e Gurupá - 380 anos da criação do Conselho Ultramarino em Portugal - 320 anos do Tratado de Methuen - 270 anos do início da construção do Forte Jesus Maria José de Rio Pardo - 260 anos da elevação do Brasil a Vice-Reino - 220 anos do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva - 200 anos das vitórias nas guerras de independência (BA, MA, PI, PA e Cisplatina) - 180 anos do início das operações de Caxias contra a Revolução Farroupilha - 170 anos do rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da Questão Christie - 120 anos da ocupação do Acre pelo Brasil - 100 anos da Revolução de 1923 no RS - 80 anos da criação da FEB - 50 anos do Acordo de Itaipu com o Paraguai

ANO 2023

Maio

Nº 427

A REVOLTA DA DIVISÃO AUXILIADORA

Ricardo Caetano de Moraes¹

Nota do Editor: A Divisão Auxiliadora, formada por tropas de linha do Exército Português, promoveu um motim nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, no Rio de Janeiro, contra a decisão do “Fico” do Príncipe Regente Dom Pedro.

INTRODUÇÃO

Fomos maltratados pela tropa europeia de tal modo que eu fui obrigado a fazê-la passar à outra banda do Rio, pô-la em sítio, mandá-la embarcar, e sair barra afora, para salvar a honra do Brasil e podermos gozar daquela liberdade que devíamos e queríamos ter, para a qual debalde trabalharíamos por possuí-la, se entre nós consentíssemos um partido heterogêneo à verdadeira causa. (...) Eis em suma a liberdade que Portugal apetecia dar ao Brasil. (D. PEDRO I, Fala do Trono de 03/05/1823)²

A tropa que causou tamanha indignação em D. Pedro I era a Divisão Auxiliadora, principal força militar portuguesa no Brasil, aquartelada no Rio de Janeiro, então capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Enviada para o Brasil em 1817, como reação ao movimento separatista de Pernambuco ocorrido pouco antes, a Divisão Auxiliadora era composta por quatro batalhões de infantaria, um batalhão de caçadores e uma brigada de artilharia³. Formada principalmente por veteranos da Guerra Peninsular, seu comandante era o Brigadeiro Francisco Joaquim Carretti, substituído em abril de 1821 pelo Tenente General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares.⁴

Em agosto de 1820, irrompeu a Revolução Liberal do Porto, que defendia o fim do governo absolutista, o imediato retorno do rei D. João VI à Europa e a convocação das Cortes para elaborar uma Constituição para a nação portuguesa. O movimento logo se espalhou pelo país e chegou ao Brasil no início de 1821. No Rio de Janeiro, a Divisão Auxiliadora aderiu à revolução com entusiasmo e assumiu o papel

¹ Engenheiro, professor, escritor e pesquisador. Especialista em História Militar. Membro da SMH – Society for Military History (EUA).

² Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico, Brasília: Senado Federal, 2019, p. 30–31.

³ DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho, A milícia em armas: o soldado brasileiro na guerra da Independência, *Revista Brasileira de História Militar*, n. 11, 2013, p. 37–38.

⁴ MORAES, Ricardo Caetano de, *A era da independência*, Rio de Janeiro: Edição do autor, 2022, p.130–131.

de defensora das Cortes e da Constituição, usando seu poderio militar para interferir cada vez mais na política local.

Em 26 de fevereiro de 1821, a Divisão Auxiliadora se rebelou pela primeira vez, apoiada pelos portugueses residentes no Rio de Janeiro. A rebelião foi provocada pela promulgação de dois decretos por D. João VI, definindo a ida de D. Pedro a Portugal para adaptar a Constituição para a realidade brasileira, e que foram interpretados como tentativas de modificar decisões das Cortes. Os amotinados obrigaram D. João a jurar cumprir integralmente a Constituição, que ainda não havia sido criada⁵. Este episódio marcou a primeira atuação política do príncipe D. Pedro, que teve importante papel nas negociações entre o rei e os revoltosos⁶.

Em 21 de abril, ocorreu uma reunião dos eleitores paroquiais na Praça do Comércio. O objetivo era eleger os deputados que discutiriam as instruções para o futuro governo de D. Pedro, que ficaria como Príncipe Regente do Brasil após a partida de D. João VI para Portugal, conforme decidido pelas Cortes. Os debates foram inflamados e gradativamente mudaram de foco, reivindicando a permanência do rei D. João VI no país, além de outras exigências radicais. A Divisão Auxiliadora recebeu ordem de dissolver a reunião, o que executou com bastante violência, deixando pelo menos um morto e vários feridos no local⁷. Desde então, a população do Rio de Janeiro passou a ver a Divisão Auxiliadora com medo e desconfiança.

Em 9 de março, as Cortes reunidas em Lisboa prepararam as bases, ou princípios, da futura Constituição⁸. A notícia chegou ao Rio dois meses depois. Em 5 de junho, ocorreu nova rebelião da Divisão Auxiliadora, agora comandada pelo Tenente General Jorge de Avilez. As tropas obrigaram D. Pedro a jurar o cumprimento das bases da Constituição e a demitir o Conde dos Arcos, ministro dos Negócios do Reino, que foi preso e deportado para Lisboa. Além disso, foi criada uma junta de três membros para assessorar o governo, composta por Avilez e dois dos seus assistentes, numa tentativa de diminuir a autoridade do Príncipe Regente e manter um controle rígido sobre o Brasil⁹.

Enquanto isso, as Cortes avançavam na elaboração da Constituição e buscavam recolocar o Brasil na posição de colônia, desfazendo as medidas adotadas por D. João VI desde 1808. Entre outras decisões, em setembro de 1821 as Cortes ordenaram que D. Pedro retornasse à Portugal o quanto antes, a fim de realizar uma viagem pela Europa para completar sua educação¹⁰. Essa medida foi muito mal recebida pelos brasileiros, e uma nova crise começou a se formar.

DESENVOLVIMENTO

Liderados por José Joaquim da Rocha e frei Sampaio, os patriotas brasileiros organizaram uma petição pedindo a permanência do Príncipe Regente no Brasil, assinada por mais de 8 mil pessoas. A entrega da petição foi programada para o meio-dia de 9 de janeiro de 1822. Na véspera, surgiram boatos afirmando que a Divisão Auxiliadora tomara conhecimento do assunto e planejava um levante naquela noite para evitar a entrega, o que foi logo desmentido pelo próprio Avilez¹¹. No entanto, o general solicitou que D.

5 ENBEL, Richard, **Motim militar pelo juramento da Constituição lisboeta**, Impressões rebeldes - Documentos e palavras que forjaram a história dos protestos no Brasil, disponível em <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/motim-militar-pelo-juramento-da-constituicao-lisboeta/>, acesso em 19 de outubro de 2022.

6 SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I**, Brasília: Senado Federal, 2015, p.170–184.

7 FELONIUK, Wagner Silveira, Violência na Praça do Commercio em 21 de abril de 1821, *in*: **Violência e poder: reflexões brasileiras e alemãs sobre o medievo e a contemporaneidade**, 2. ed. Porto Alegre: DM, 2018, p. 227–249.

8 MENCK, José Theodoro Mascarenhas, **Primeiras eleições gerais no Brasil (1821): participação dos deputados brasileiros nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação portuguesa**, Brasília: Edições Câmara, 2021, p. 112.

9 PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, Motins políticos e militares no Rio de Janeiro: prelúdios da Independência do Brasil, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. XXXVIII parte segunda, n. 48, 1874, p. 359–361.

10 SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I**, Brasília: Senado Federal, 2015, p. 296.

11 TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa, **Participação, e documentos dirigidos ao governo pelo general commandante da tropa expedicionária, que existia na província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa; e remetidos pelo Governo às Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 41–42.

Pedro ordenasse a prisão dos “perturbadores da ordem pública”, o que foi negado pelo Príncipe, pois ele havia jurado as bases da Constituição, que garantiam aos fluminenses o direito de fazerem petições¹².

No dia seguinte, o documento foi entregue solenemente pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro ao Príncipe Regente, acompanhada de manifestações de apoio das províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul. D. Pedro respondeu de forma ambígua, aceitando permanecer no país até dar conhecimento a D. João VI das circunstâncias da sua decisão. Na manhã seguinte, foi publicada uma nova versão da sua resposta, oficialmente corrigindo o erro da publicação anterior, onde D. Pedro afirmava enfaticamente que ficaria no país. Este evento ficou conhecido como o “Dia do Fico”¹³.

A reação dos militares portugueses foi de profundo desagrado com a situação. No dia 10, Avilez solicitou sua demissão do comando da Divisão Auxiliadora, deixando, portanto, de estar sob a autoridade do Príncipe Regente. Naquela noite, ainda sem resposta ao seu pedido, o general, afirmando ter sido demitido, foi aos quartéis se despedir da sua tropa, que recusou-se a aceitar outro comandante¹⁴.

Na noite do dia 11, os soldados portugueses se amotinaram e saíram às ruas, ofendendo brasileiros e destruindo vidraças das casas. Ao mesmo tempo, enquanto D. Pedro estava no Teatro São João, houve uma violenta discussão entre um oficial brasileiro e um oficial português embriagado, que declarou abertamente que as forças lusitanas obrigariam os brasileiros a voltarem a ser seus escravos. Surgiram boatos de que o Príncipe Regente seria sequestrado com toda a sua família e embarcado à força para Portugal na fragata *União*. Por precaução, D. Pedro retirou-se para o palácio e enviou às pressas D. Leopoldina, grávida de nove meses, e os filhos para a Fazenda de Santa Cruz¹⁵.

Enquanto isso, a Divisão Auxiliadora havia ocupado o Morro do Castelo¹⁶, de onde podia dominar o Arsenal de Guerra e o centro da cidade, estabelecendo patrulhas no Largo do Moura. Os amotinados totalizavam aproximadamente 2 mil homens e possuíam quatro peças de artilharia. Durante toda a noite, às poucas tropas brasileiras baseadas no Campo de Santana foram se juntando simples cidadãos, muitas vezes armados apenas com facas, cacetes e velhos bacamartes. Ao amanhecer do dia 12, havia uma multidão de aproximadamente 10 mil homens, a maioria sem treinamento militar mas imbuída de forte patriotismo. Também haviam conseguido algumas peças de artilharia, vindas da Praia Vermelha. No início da manhã, o idoso general Joaquim Xavier Curado, herói das campanhas da Cisplatina, assumiu o comando da tropa brasileira¹⁷.

Diante da situação, Avilez hesitou. Embora estivesse em boa posição estratégica e contasse com soldados profissionais, que facilmente poderiam derrotar a multidão indisciplinada de brasileiros, a Divisão Auxiliadora enfrentava sérias desvantagens. Não levava água nem provisões para o morro; estava em nítida inferioridade numérica, que aumentava a cada hora; a fábrica de pólvora estava distante, sob controle brasileiro; os brasileiros também dispunham de artilharia, o que tornaria a luta bastante custosa. Além disso, Avilez não tinha ordens claras das Cortes para levar D. Pedro para a Europa a qualquer custo. Por fim, a posição de D. Pedro como herdeiro do trono português lançava dúvidas sobre as consequências de uma ação violenta sobre a pessoa do Príncipe Regente e sua família. Assim, o general decidiu negociar. Foram enviados oficiais dos dois lados para parlamentarem, e chegou-se a um acordo. Em 13 de janeiro, a Divisão Auxiliadora, conservando suas armas, retirou-se para Praia Grande¹⁸, de onde partiria para Portugal assim que estivessem prontas as embarcações para transportá-la¹⁹. No mesmo dia, o general Curado foi nomeado comandante das tropas brasileiras e imediatamente começou a preparar posições defensivas próximas ao aquartelamento dos portugueses, pois temia-se que eles tentassem nova rebelião.

12 LIMA, Manuel de Oliveira, **O movimento da independência (1821-1822)**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2019, p. 154.

13 **Termo de vereação do dia 9 de janeiro de 1822**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

14 TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa, **Manifesto aos cidadãos do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822, p. 2.

15 REZZUTTI, Paulo, **D. Leopoldina: a história não contada**, Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 268-269

16 Local onde se instalaram os primeiros habitantes do Rio de Janeiro, sede da antiga catedral, o Morro do Castelo foi totalmente demolido entre 1904 e 1922.

17 MONTEIRO, Tobias, **História do Império: a elaboração da independência, 1803-1823**, Brasília: Senado Federal, 2018, p. 386-390.

18 Atual Niterói.

19 ARMITAGE, John, **História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831**, Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 1837, p. 44.

A Divisão Auxiliadora adiou constantemente sua partida, sob os mais variados pretextos. Avilez queixou-se em diversas ocasiões a respeito do cerco que estava sofrendo, da falta de suprimentos, e do assédio aos seus soldados para se passarem ao lado brasileiro, inclusive por parte do próprio D. Pedro²⁰. Na verdade, Avilez aguardava a chegada da força expedicionária que viria substituir a Divisão Auxiliadora no Rio, possivelmente para tentar repetir a revolta de 5 de junho, submetendo novamente o Príncipe Regente à vontade das Cortes.

Em 4 de fevereiro, morreu o pequeno Príncipe D. João Carlos, herdeiro dos Bragança. O menino tinha adoecido logo depois da fuga apressada de D. Leopoldina para Santa Cruz em 11 de janeiro. D. Pedro e D. Leopoldina ficaram profundamente abalados pela morte do filho e culparam o levante das tropas portuguesas pelo terrível acontecimento²¹. No dia seguinte, D. Pedro ordenou que a Divisão Auxiliadora partisse para Portugal imediatamente. Após novas reclamações, concordou-se em pagar três meses de soldo adiantado, fixando-se o embarque para 7 de fevereiro e a partida para o dia 12.

Como nada aconteceu, em 9 de fevereiro D. Pedro colocou a tropa brasileira de prontidão, posicionou a pequena esquadra brasileira diante dos quartéis de Praia Grande e mandou avisar Avilez que, se os portugueses não começassem a embarcar até a manhã seguinte, seriam tratados como inimigos e bombardeados. Diante desse ultimato, o general cedeu e a Divisão Auxiliadora embarcou sem demora, partindo no dia 15 de fevereiro para Portugal, escoltada pelas corvetas *Liberal* e *Maria da Glória*²². Como ato final de rebeldia, dois transportes desviaram seu curso e arribaram na Bahia, desembarcando 381 soldados que foram reforçar as tropas do general Madeira de Melo²³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda bem não estávamos livres destes inimigos, quando poucos dias depois aportou outra expedição, que de Lisboa nos era enviada para nos proteger; eu tomei sobre mim proteger este Império, e não a recebi. (D. PEDRO I, Fala do Trono de 03/05/1823)²⁴

A expulsão da Divisão Auxiliadora do Brasil teve duas importantes consequências. Primeiramente, ficou clara a necessidade da criação de forças militares nacionais, para permitir uma resistência eficaz às pressões lusitanas. Isso foi resolvido através de três medidas: a promoção das milícias, formadas principalmente por brasileiros, a tropas de primeira linha; a oferta de vantagens aos soldados e marinheiros portugueses que quisessem aderir à causa brasileira; e a contratação de oficiais mercenários europeus. De fato, o grupo de patriotas reunidos no Campo de Santana para enfrentar as forças de Avilez acabou se constituindo no embrião do futuro Exército brasileiro.

Outro resultado importante foi a mudança de atitude de D. Pedro, que abandonou sua hesitação, ainda perceptível na sua primeira resposta ao manifesto popular no Dia do Fico, e passou a apoiar claramente o lado brasileiro. Essa mudança logo foi posta à prova, com a chegada em 9 de março da esquadra portuguesa comandada pelo Chefe-de-Divisão Francisco Maximiano de Sousa, trazendo a bordo 1.250 soldados, comandados pelo Coronel Antônio Joaquim Rosado. Sua missão era substituir a Divisão Auxiliadora no Rio; porém, existem indícios de que as duas forças se juntariam para impor os decretos das Cortes a D. Pedro²⁵.

Os recém-chegados foram tratados com muita firmeza. Os navios tiveram que fundear na baía de Guanabara, sob a mira dos canhões das fortalezas. Todos os desembarques foram proibidos, exceto os de

20 TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa, **Participação, e documentos dirigidos ao governo pelo general comandante da tropa expedicionária, que existia na província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa; e remetidos pelo Governo às Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 60–66.

21 REZZUTTI, Paulo, **D. Leopoldina: a história não contada**, Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 275–276.

22 LIMA, Manuel de Oliveira, **O movimento da independência (1821-1822)**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2019, p. 172–173.

23 MORAES, Ricardo Caetano de, **A era da independência**, Rio de Janeiro: Edição do autor, 2022, p. 64.

24 **Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico**, Brasília: Senado Federal, 2019, p. 30–31.

25 PEREGRINO, Humberto, História militar da independência do Brasil, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 326, 1980, p. 285–286.

alguns oficiais, e mesmo esses somente puderam pôr os pés em terra depois de jurarem que nada fariam contra o governo do Príncipe Regente. Após receberem provisões e o pagamento adiantado dos soldos, as forças portuguesas retiraram-se para a Europa em 23 de março, conforme ordenado por D. Pedro, deixando no Rio um navio e quase 400 soldados, que aderiram à causa brasileira.

Pouco depois, D. Pedro promulgou uma lei proibindo o desembarque de qualquer força militar portuguesa no país sem sua autorização. O distanciamento entre Portugal e o Brasil era cada vez maior. Estava aberto o caminho para a independência.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, John. **História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831**. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 1837.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro na guerra da Independência. **Revista Brasileira de História Militar**, n. 11, p. 33–53, 2013.

ENBEL, Richard. **Motim militar pelo juramento da Constituição lisboeta - Largo do Rocío, capitania do Rio de Janeiro**. Impressões rebeldes - Documentos e palavras que forjaram a história dos protestos no Brasil. Disponível em https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?revoltas_categoria=1821-motim-militar-pelo-juramento-da-constituicao-lisboeta-largo-do-rocio-capitania-do-rio-de-janeiro. Acesso em 5 de fevereiro de 2022.

Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico. Brasília: Senado Federal, 2019. (Edições do Senado Federal, 269).

FELONIUK, Wagner Silveira. Violência na Praça do Commercio em 21 de abril de 1821. *In: Violência e poder: reflexões brasileiras e alemãs sobre o medievo e a contemporaneidade*. 2. ed. Porto Alegre: DM, 2018, p. 227–249.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O movimento da independência (1821-1822)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2019.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **Primeiras eleições gerais no Brasil (1821): participação dos deputados brasileiros nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação portuguesa**. Brasília: Edições Câmara, 2021.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: a elaboração da independência, 1803-1823**. Brasília: Senado Federal, 2018. (Edições do Senado Federal, 19).

MORAES, Ricardo Caetano de. **A era da independência**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2022.

PEREGRINO, Humberto. História militar da independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 326, p. 279–304, 1980.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Motins políticos e militares no Rio de Janeiro: prelúdios da Independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. XXXVIII parte segunda, n. 48, p. 341–366, 1874.

REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina: a história não contada**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I**. Brasília: Senado Federal, 2015. 3v. (Edições do Senado Federal, 209-A).

TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa. **Manifesto aos cidadãos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1521>. Acesso em 6 de dezembro de 2021.

TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa. **Participação, e documentos dirigidos ao governo pelo general commandante da tropa expedicionária, que existia na província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa; e remetidos pelo Governo às Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

Termo de vereação do dia 9 de janeiro de 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6632>. Acesso em 6 de dezembro de 2021.

@@

O tamanho mais adequado da tropa (força militar)

Contribuição do Cel Cav Veterano EB Marcos Paz do Nascimento sobre o tamanho (efetivo) mais adequado de uma tropa em operações e a interação dos integrantes

“A real vantagem seletiva para compensar o alto custo energético do cérebro está ligada às vantagens cognitivas que o cérebro proporciona.

A principal base empírica dessas hipóteses é de que em primatas, principalmente os antropóides, existe uma correlação entre o tamanho do neocórtex, que é a área externa do cérebro responsável pela articulação e processamento dos dados, e o tamanho do grupo social, sendo que essa correlação também pode ser observada, a grosso modo, com o volume total do cérebro.

Essa correlação é explicada pela importância da capacidade cognitiva para lidar com a complexidade social em primatas, que é constituída de relações entre indivíduos em circunstâncias de forrageio, dominância, reprodução e proteção.

Em humanos modernos, o tamanho do neocórtex prediz um tamanho de grupo de 150 pessoas, que fariam parte do círculo social de uma pessoa” [O Que Nos Faz Humanos- Pedro José Tótor da Glória, Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH) do Instituto de Biociências (IB) da Universidade de São Paulo (USP), p. 24/159, apud Robin Ian MacDonald Dunbar, 1998, 2009 e Matt Ridley, 2004].

Dito isto, postula-se que as circunstâncias do fazer a guerra no terreno, ou seja, a vivência do combate terrestre, podem ser assemelhadas às circunstâncias de convívio acima elencadas.

Tal postulação parte da evidente similitude entre a vida em grupos primitivos, exposta a um cosmos hostil e do qual só o próprio grupo se protegia, e a vida em combate, na qual a própria sobrevivência do indivíduo depende, antes de qualquer coisa, da capacidade do grupo para se impor às ameaças.

Cabe alertar aqui que não se trata simplesmente de relações sociais e sim de afinidades que, extrapolando inclusive o reconhecimento facial e de voz, permitem intuir sentimentos tais como dúvida e medo nas mais diferentes expressões corporais.

A rigor, trata-se de afinidade e sintonia entre pessoas.

Conclui-se asseverando que o escalão base para o entendimento e a execução do combate terrestre (a luta propriamente) é a companhia (esquadrão ou bateria) e que a dimensão padrão (comum, rotineira) desta, em torno de pouco mais de uma centena de homens, é antropologicamente (ainda antes de historicamente) fundamentada.

#####

A CARTA DE MONIZ BARRETO AO REI DE PORTUGAL



O jornalista e crítico literário português Guilherme Joaquim de Moniz Barreto (Goa, 1863 – Paris, 1896) teve, durante a sua vivência, contato com as tropas do Exército Português e impressionou-se com a abnegação e vocação daqueles comprometidos profissionais. Ao El-Rei de Portugal, Dom Carlos I, em 1893, escreveu uma carta na qual assim retratou os militares:

“Senhor, umas casas existem no vosso reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais.

De manhã, a um toque de corneta se levantam para obedecer.

De noite, a outro toque de corneta se deitam, obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da Vida. Seu nome é Sa-

crifício.

Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico.

Seus pecados mesmos são generosos, facilmente esplêndidos.

A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar.

Quando eles passam juntos fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares...

Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem pagar a Liberdade e a Vida.

Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão.

Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma.

Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e a defendem da invasão estranha e do jugo das paixões.

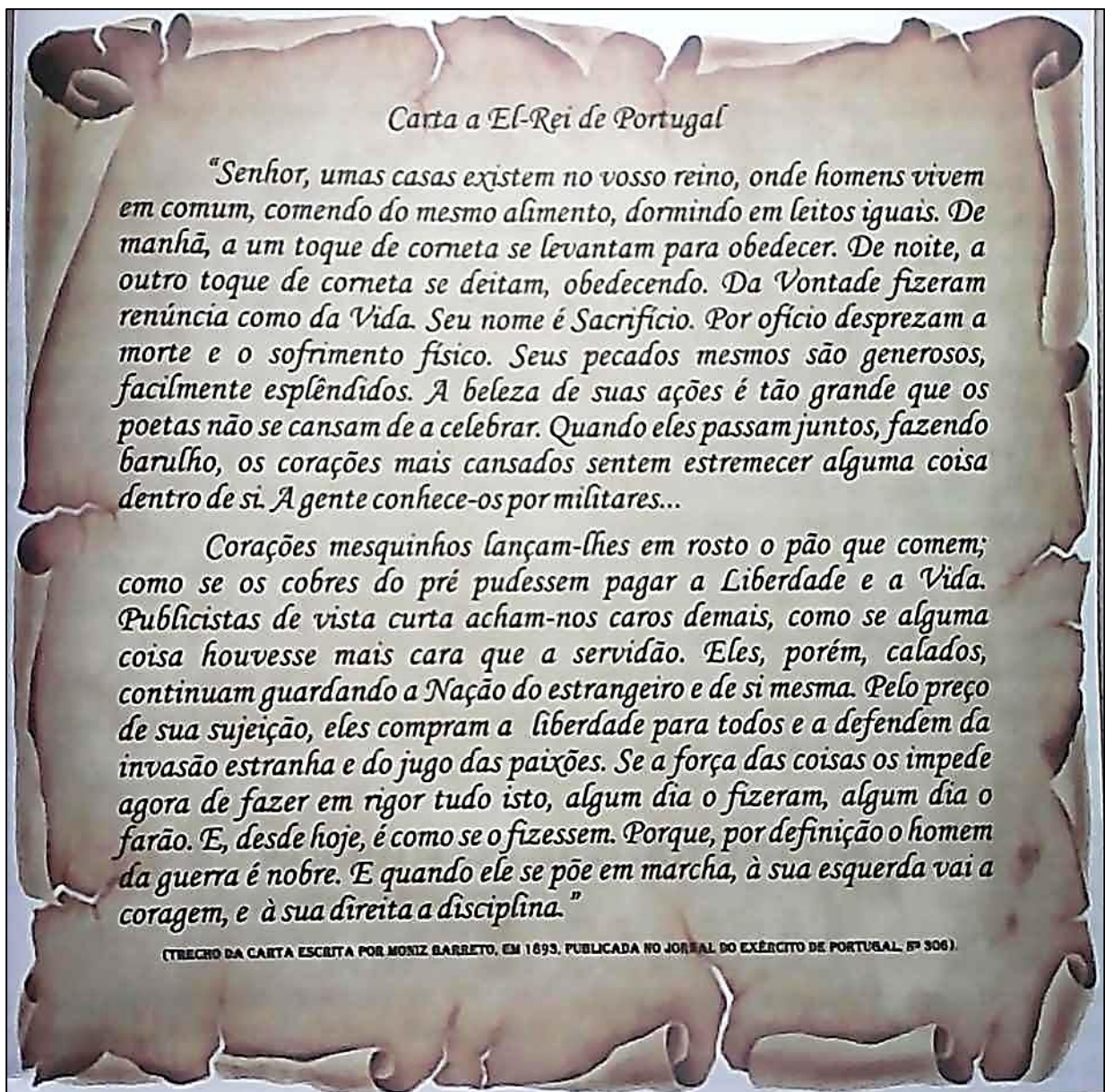
Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão.

E, desde hoje, é como se o fizessem.

Porque, por definição o homem da guerra é nobre.

E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem, e à sua direita a disciplina”.

Fonte: Jornal do Exército de Portugal, Nº 306).



O EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro é uma Instituição Nacional, Permanente, Regular e Organizada com Base na Hierarquia e na Disciplina, cuja missão fundamenta-se em suas tradições e vocações, definidas e consolidadas ao longo do processo histórico-cultural da Nação. Tradições de bravura, sacrifício, desprendimento e participação para conquistar e garantir a soberania, a unidade e a integração nacionais e a paz social. Tradições de culto e respeito à Pátria, aos seus símbolos, aos chefes militares do passado, aos heróis nacionais e aos momentos históricos da formação, emancipação e afirmação da Nação Brasileira. Vocação democrática, decorrente da sólida formação, com base nos ideais de liberdade e de dignidade da pessoa humana e repulsa aos extremismos, às ideologias e aos regimes autocráticos de quaisquer origens ou matizes. A vocação democrática do Exército é reforçada, por representarem seus membros um todo e homogêneo, sem se constituir em casta militar, composto por brasileiros oriundos de diferentes etnias, classes sociais e credos religiosos, pela igualdade de oportunidades de acesso à carreira militar e por sua fidelidade ao compromisso permanente com a liberdade e com a democracia. Vocação de solidariedade, manifestada sobretudo na assistência às populações mais carentes, em especial àquelas situadas nas regiões mais longínquas do território nacional, bem como em situações de calamidade pública. Vocação para sensibilizar-se e sintonizar-se com as mais legítimas aspirações nacionais, mantendo-se imune e desvinculado da influência de qualquer organização político-partidária, por se colocar acima de eventuais disputas entre grupos sociais, econômicos ou políticos, caracterizando-se por uma trajetória de atuação orientada por sua destinação constitucional e comprometida somente com os interesses e com as aspirações vitais da sociedade brasileira. Vocação de respeito, amizade, solidariedade e cooperação com as demais Forças Armadas e com as de outros países.

Fonte: <https://almanakedanemeton.wordpress.com/2019/02/25/a-profissao-militar/>



PARECER DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SOBRE AS FFAA E A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Fundação Getúlio Vargas, em seu parecer publicado em 2016 acerca das “Forças Armadas e a PEC da Previdência”, define assim a essência desse ofício (a profissão de militar):

A profissão militar das Forças Armadas engloba funções exclusivas do Estado, e não de qualquer governo, de provimento de Defesa Nacional e ações de Garantia da Lei e da Ordem.

Leva-se anos para construir um militar.

Existem especificidades sem similar no meio civil, com regras de dedicação e comprometimento compatíveis com essa missão, genérica de lugar e de tempo, que impliquem a disponibilidade permanente sem remuneração extra, as mudanças constantes para toda a família, o comprometimento de colocar em risco a própria vida, a restrição de direitos sociais e políticos.

Mais ainda, a profissão e a organização militar são inseparáveis. Uma coisa não existe sem a outra.

A profissão militar é mais do que uma escolha por uma carreira.

Trata-se de uma opção de vida que envolve sacrifícios e a sujeição integral a uma cadeia de comando.

Sem esta sujeição, que pode implicar o abandono da própria existência, não existem Forças Armadas.

Fonte: FGV - As Forças Armadas e a PEC da Previdência | SPSMFA | Marinha do Brasil

A Morte do Filho do Visconde de Inhaúma na Guerra do Paraguai

Antônio Carlos de Mariz e Barros (1835-1866), foi um primeiro-tenente da Marinha Imperial Brasileira. Filho do chefe de esquadra brasileira Joaquim José Inácio de Barros e de sua esposa, Maria José de Mariz Sarmiento, Visconde e Viscondessa de Inhaúma.

Estudou na Academia da Marinha do Brasil, ingressando nesta instituição logo depois, tendo atingido a patente de primeiro-tenente.

Mariz e Barros comandou interinamente o iate Paraibano e, efetivamente a canhoneira Campista e as corvetas Belmonte, Recife, e o encouraçado Tamandaré, ganhando destaque no campo de batalha durante a Campanha do Uruguai, onde realizou uma incursão bem-sucedida em Paysandú e outra contra o forte Sebastopol.

Foi condecorado com a Ordem da Rosa após acompanhar o imperador D. Pedro II em sua viagem ao Nordeste em 1859 enquanto comandava uma divisão naval e a corveta Belmonte, e (também) a Legião de Honra, pelo salvamento de uma barca francesa que estava prestes a naufragar sobre as pedras da Fortaleza da Lage.

Com o início da Campanha do Uruguai, Mariz e Barros foi designado para a frente de batalha, ganhando notoriedade ao fazer uma incursão bem-sucedida na praça-forte de Paysandú.

Durante esta ofensiva, forneceu defesa, sob ordens de Tamandaré, à (embarcação) Boa Vista. Ele também recebeu o suporte de um destacamento de cem (homens) do Primeiro Batalhão de Infantaria, comandado pelo Tenente Eduardo Emiliano da Fonseca, montando uma ofensiva novamente bem-sucedida com o alvo sendo o forte Sebastopol.

Fato marcante de sua vida foi o risco que correu quando se lançou ao mar inteiramente vestido, para salvar uma escrava que se afogava na praia da Itapuca.

Casou em 1855 com Raquel Sofia Teixeira, filha de Casimiro Manuel Teixeira e Justina Ifigênia, e (o casal) teve três filhos.

Durante a Guerra do Paraguai comandou em diversas excursões o encouraçado Tamandaré e, no Passo da Pátria, foi ferido no joelho direito por uma bomba do inimigo atirada do forte de Itapirú que, entrando por uma

